

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de
Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 7- Número 0403 - 14/04 à 19/04/2025

CBIC

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos do TST*

Destaque da Semana

[Ministro do Trabalho sinaliza pelo adiamento da vigência da NR-1 sobre os riscos psicossociais](#)

Revista Proteção - 16/04/2025

Uma reunião na tarde desta segunda-feira (14) convocada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho com representantes das centrais sindicais, confederações empresariais e federações das indústrias, tratou sobre a prorrogação da vigência da NR-1, especialmente do capítulo 1.5 que trata do gerenciamento dos riscos psicossociais relacionados ao trabalho. O ministro Marinho afirmou durante a reunião que o prazo para entrada em vigor da norma, previsto para o próximo dia 26 de maio, será prorrogado por um ano.

O Governo também aprovou e publicou um [guia](#) para a gestão destes riscos, e informou que deve lançar em 90 dias um manual mais detalhado sobre o tema, além de criar um GTT (Grupo de Trabalho Tripartite) para fazer o acompanhamento da implementação. Fontes ligadas ao Governo afirmam que a Portaria de prorrogação já está sendo redigida com possibilidade de publicação na próxima semana.

FORTE MOVIMENTO

Desde agosto de 2024, quando o Governo arbitrou pela inclusão expressa dos riscos psicossociais na NR 1, exigindo que esses fatores também estivessem contemplados no PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos), há um forte movimento dos empregadores pela prorrogação da vigência da norma. Em vídeo que circula nas redes sociais, representantes da CNSaúde destacaram que o tema vem trazendo muitas dúvidas para as empresas.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Norma coletiva que dispensa registro de ponto para empregados de nível superior é validada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/04/2025

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho confirmou a legalidade de uma norma coletiva da Vale S.A. que dispensava empregados com nível superior do registro de ponto. O colegiado seguiu o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconhece a validade de acordos e convenções coletivas que limitam ou afastam direitos trabalhistas não previstos na Constituição, desde que respeitados os direitos fundamentais dos trabalhadores.

[Número de processos julgados pelo TST cresce 57% em cinco anos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/04/2025

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) julgou, em 2024, aproximadamente 514 mil processos, volume que representa um incremento de 57% em cinco anos. No mesmo período, a quantidade de processos que chegou ao TST cresceu 19%. Só no ano passado, ingressaram no Tribunal mais de 570 mil casos novos e recursos internos. Cada ministro ou ministra analisou, em média, quase 20 mil processos.

[Carpinteiro que teve dedos amputados em acidente obtém aumento de indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/04/2025

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 20 mil para R\$ 50 mil a indenização a ser paga pela RC Engenharia e Comércio Ltda., microempresa de Belo Horizonte (MG), a um carpinteiro que perdeu parte dos dedos da mão direita ao operar uma serra circular. A decisão levou em conta a extensão do dano, porque houve lesão permanente que gera comprometimento importante na vida cotidiana do trabalhador.

Notícias do Executivo

[MTE recebe propostas para inclusão da População LGBTQIA+ no mercado de trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/04/2025

A chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Anatalina Lourenço da Silva, recebeu, no dia 15 de abril, em Brasília (DF), representantes da ABGLT, uma organização que reúne coletivos LGBTQIA+, incluindo pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais. Durante o encontro, o grupo entregou a Carta de Brasília, que contém propostas de políticas públicas voltadas para ampliar o acesso da população LGBTQIA+ ao mundo do trabalho.

[“Não existe nenhuma lógica as mulheres ganharem menos que os homens”, afirma Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/04/2025

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou nesta quarta-feira (18) que “não há nenhuma lógica em as mulheres receberem menos do que os homens exercendo as mesmas funções”. Segundo ele, “a única explicação para isso é o processo discriminatório contra as mulheres”. A declaração foi feita durante um almoço no restaurante Tia Zélia, em Brasília, promovido pelo MTE e pelo Ministério das Mulheres, que reuniu autoridades para destacar a importância da igualdade de gênero no mundo do trabalho.

[Medida Provisória cria Programa de Gerenciamento de Benefícios](#)

Ministério da Previdência Social - 16/04/2025

A [Medida Provisória nº 1.296](#), publicada em edição extra do Diário Oficial da União

desta terça-feira (15), cria o Programa de Gerenciamento de Benefícios que tem como objetivo prioritário viabilizar a realização das reavaliações e das revisões de benefícios previdenciários e assistenciais. Serão priorizados processos que estão a mais de 45 dias pendentes de análise e processos judiciais. Também integram o programa, os serviços de perícia médica federal que são realizados em unidades sem oferta regular do serviço e com agendamentos de perícia superiores a 30 dias. A medida terá vigência de 12 meses e poderá ser prorrogada uma vez, desde que não ultrapasse a data de 31 de dezembro de 2026.

[Parceria para recebimento de Atestmed resulta em 65,3 mil atendimentos](#)

Ministério da Previdência Social - 14/04/2025

A parceria entre o Ministério da Previdência Social, por meio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e os Correios para recebimento do Atestmed resultou em 65,3 mil atendimentos em todo país de outubro de 2024 a março de 2025. São Paulo responde pela maior parte dos atendimentos, com 1.545. Em seguida vem Curitiba (819), Vitória (709), Maringá (645) e Distrito Federal, com 609.

[Evento contribui para ampliar a conscientização da relevância da cultura de prevenção](#)

Fundacentro - 16/04/2025

No dia 23 de abril, a Fundacentro realizará o evento on-line Abril Verde: Política Nacional de SST Integrada e Participação Social, das 10h às 11h30, no canal da Fundacentro no YouTube. Aqueles que participarem da transmissão ao vivo receberão certificado de participação. Para isso, devem fazer a avaliação do evento, que poderá ser acessada com a palavra-chave divulgada durante a transmissão.

[Preocupação com temperaturas extremas movimenta comunidade científica brasileira](#)

Fundacentro - 15/04/2025

É crescente a preocupação com a vulnerabilidade do Brasil frente às mudanças climáticas e aos impactos no meio ambiente e na saúde da população. Projeções futuras considerando o atual cenário de altas emissões de gases de efeito estufa mostram ampliação de territórios brasileiros com temperatura de bulbo úmido (TBU) superior a 27° C até 2050 e a 31° C até 2080.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Nota do MPT sobre a suspensão de processos de pejetização, de trabalho autônomo e afins](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/04/2025

O Ministério Público do Trabalho vem a público externar a sua preocupação com os desdobramentos do reconhecimento da repercussão geral do Tema 1389 e da decisão monocrática prolatada no bojo da Repercussão Geral no Recurso Extraordinário com agravo nº 1.532.603, quanto à suspensão nacional da tramitação de todos os processos trabalhistas que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade, até julgamento definitivo do recurso extraordinário.

[Série SmartLab de Trabalho Decente 2025: apenas 46% dos municípios brasileiros possuem políticas ou programas de atendimento a pessoas com transtornos mentais](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/04/2025

De 2012 a 2024, foram registrados 8,8 milhões de acidentes do trabalho e 32 mil mortes no emprego com carteira assinada, segundo os dados atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho da Iniciativa SmartLab de Trabalho Decente, coordenada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o Brasil. As informações se baseiam em registros de acidentes do trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Calcula-se que uma notificação de óbito no trabalho formal ocorra a cada 3,5 horas.

[MPT-MT realiza palestras para jovens aprendizes e técnicos em Segurança do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/04/2025

A convite do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em Cuiabá, o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) participou, no fim de março, de evento voltado a alunos dos cursos de Aprendizagem Industrial (Jovem Aprendiz) e em Segurança do Trabalho, com o objetivo de conscientizá-los acerca de direitos trabalhistas e da importância de um ambiente laboral seguro.

[MPT-RN vai promover audiência pública sobre mudanças climáticas e impactos no meio ambiente do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/04/2025

As mudanças climáticas já afetam a humanidade de forma severa e seus efeitos são sentidos em diversas esferas da vida cotidiana. No mundo do trabalho, profissionais que atuam a céu aberto – como na construção civil, agricultura e limpeza urbana – enfrentam riscos crescentes à saúde e à vida e, mesmo em ambientes fechados, os efeitos climáticos são uma ameaça real.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Nota Pública - suspensão pelo STF de processos referentes à Terceirização e “Pejotização” preocupa Auditores Fiscais do Trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 19/04/2025

A decisão do Ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, de suspender a tramitação de processos no Poder Judiciário relativos à aplicação do instituto da “pejotização” e da terceirização como forma de contratação de trabalhadores, é motivo de grande preocupação para os Auditores Fiscais do Trabalho, representados pelo Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho – SINAIT, que têm como atribuição fiscalizar o cumprimento dos direitos trabalhistas garantidos pelo art. 7º da Constituição Federal e legislação infra constitucional.

[Nota Pública - Norma Regulamentadora nº 1](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/04/2025

O SINAIT recebeu com preocupação a sinalização de adiamento da vigência da nova redação da Norma Regulamentadora nº 1 – NR 1, que trata dos fatores psicossociais relacionados ao trabalho e cuja entrada em vigor está prevista para o próximo dia 26 de maio.

Outras Notícias

[Disponibilizadas novas naturezas de rubrica relacionadas ao programa Crédito do Trabalhador e à assistência médica e odontológica](#)

eSocial - 17/04/2025

Estão disponíveis em produção, na Tabela 03 – Natureza das Rubricas da Folha de Pagamento, as novas naturezas de rubrica cod. 9253 e 9912. A natureza cód. 9253 - “Empréstimos e Consignado - desconto” é destinada ao registro de descontos referentes ao empréstimo consignado do programa Crédito do Trabalhador. Com esta publicação, as empresas já podem cadastrar suas rubricas específicas para efetuar o desconto do empréstimo consignado no eSocial. Apesar da disponibilização imediata, a aplicação dessas rubricas com natureza 9253 em eventos remuneratórios só será permitida para períodos de apuração a partir de maio de 2025. Ou seja, os descontos só poderão ser processados em folhas de pagamento com períodos de apuração a partir de maio.

[STF suspende ações sobre pejetização e abre caminho à blindagem institucional da fraude](#)

Consultor Jurídico - 20/04/2025

No dia 14 de abril de 2025, o Supremo Tribunal Federal, por meio de decisão monocrática do ministro Gilmar Mendes, inaugurou um novo capítulo na erosão institucional da Justiça do Trabalho. Ao reconhecer a repercussão geral do Tema 1.389 e suspender todos os processos que discutem a chamada pejetização no país, o voto vai além de uma deliberação sobre competência ou técnica jurídica: ele se traveste de legalidade para operar uma manobra política de contenção jurisdicional.

[Empresa indenizará trabalhador por exposição vexatória nas redes](#)

Consultor Jurídico - 20/04/2025

Em decisão unânime, a 8ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de SP) condenou uma empresa atacadista de leite e laticínios ao pagamento de indenização por danos morais, após comprovação de exposição vexatória de um trabalhador por exibição de um vídeo na rede social TikTok. O profissional alegou que foi submetido a constrangimentos e humilhações de cunho homofóbico.

[STF: para onde vamos?](#)

Consultor Jurídico - 18/04/2025

Não surpreende que o Supremo Tribunal Federal, por decisão do relator ministro Gilmar Mendes (RE com Agravo 1.532.603-Paraná), tenha determinado a suspensão, em todo território nacional, reconhecendo a repercussão geral, das ações que versam sobre a discussão de existência de fraude em contratos de prestação de serviços e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo, dando ensejo ao Tema nº 1.389, nos seguintes termos: “Competência e ônus da prova nos processos que discutem a existência de fraude no contrato civil/comercial de prestação de serviços; e a licitude da contratação de pessoa jurídica ou trabalhador autônomo para essa finalidade”.

[Empresa é condenada por cobrança de desempenho em grupo de Whatsapp](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2025

A 6ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) manteve a decisão de primeira instância que reconheceu a relação de causalidade entre o adoecimento mental de uma trabalhadora e a cobrança de metas com exposição dos resultados em grupo de aplicativo de mensagens (WhatsApp). A empregadora, uma empresa do ramo de telefonia, foi condenada ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$ 15 mil.

[TRT-11 autoriza penhora de aposentadoria para quitar dívidas trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2025

O Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (AM/RR) julgou o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas 11, que tratava da “possibilidade de penhora dos valores recebidos a título de aposentadoria”. Sob a relatoria do desembargador José Dantas de Góes, foi fixada a tese vinculante de que é possível a penhora dos proventos de aposentadoria para pagamento de créditos trabalhistas.

[Doença laboral não se enquadra como acidente de trabalho em cobertura de seguro](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2025

Doenças laborais (como a lesão por esforço repetitivo) não se enquadram como acidentes de trabalho para fins de cobertura de seguro de vida. Esse foi o entendimento fixado pelo Pleno do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (AC e RO) em um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas que teve como origem uma ação trabalhista de um banco contra uma seguradora.

[Pejotização em pauta: entre o caos e a Constituição](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2025

Na trilogia Oresteia, Ésquilo narra a fundação do primeiro tribunal humano. É Atena, deusa da sabedoria e da justiça estratégica, quem intervém no ciclo de vingança entre Orestes e as Erínias, criando um tribunal para que o conflito seja resolvido não pelo clamor das paixões, mas pela razão institucional. Era o nascimento do kratos nomos: o poder moderado pela lei.

[TRT-2 condena empresa que omitiu acidentes de trabalho reiteradamente](#)

Consultor Jurídico - 16/04/2025

A 15ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista) condenou uma empresa de manutenção e limpeza ao pagamento de R\$ 300 mil por danos morais coletivos em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho. Os motivos são omissão reiterada na comunicação de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, não observação de normas de ergonomia e saúde e falta de notificação desses dados no sistema nacional. A decisão determinou o cumprimento de obrigações de fazer pela ré, algumas em tutela de urgência, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia de atraso.

[Força das normas coletivas: limites e proteção de dados pessoais dos empregados](#)

Consultor Jurídico - 14/04/2025

Inicialmente é importante pontuar que o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição reconhece as convenções e os acordos coletivos de trabalho, negociados entre sindicatos e empresas. Contudo, os limites dessa negociação sempre foi um ponto controvertido sobre o qual a reforma trabalhista de 2017 (Lei nº 13.467/2017) se debruçou, reforçando o papel das normas coletivas ao consagrar o princípio da prevalência do negociado sobre o legislado, previsto no artigo 611-A da CLT.

[Juíza constata racismo recreativo e converte pedido de demissão em rescisão indireta](#)

Consultor Jurídico - 14/04/2025

A juíza Aline Soares Arcanjo, da 13ª Vara do Trabalho da Zona Leste de São Paulo, condenou empresa a pagar danos morais no valor de R\$ 50 mil a vendedora angolana vítima de racismo recreativo e religioso, materializado em reiteradas condutas discriminatórias. As agressões também motivaram a conversão do pedido de demissão em rescisão indireta. De acordo com os autos, os xingamentos eram feitos verbalmente e por Skype.

[Entidades repudiam decisão de Gilmar que suspendeu ações de pejetização](#)

Migalhas - 15/04/2025

Entidades representativas da área trabalhista reagiram contra a decisão do ministro Gilmar Mendes de suspender nacionalmente todos os processos trabalhistas que discutem a legalidade da contratação de pessoas físicas como pessoas jurídicas - prática conhecida como pejetização.

[NR-1: Vigência de norma sobre saúde mental no trabalho deve ser adiada](#)

Migalhas - 15/04/2025

Nesta segunda-feira, 14, o MTE - ministério do Trabalho e Emprego, em reunião com centrais sindicais, confederações empresariais e federações da indústria, anunciou a intenção de adiar por um ano a entrada em vigor da NR-1 - norma regulamenta-

dora 1, com destaque para o capítulo 1.5, que trata do gerenciamento de riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

[Suspensão de ações de pejetização: Abrat vê retrocesso jurídico no STF](#)

Migalhas - 15/04/2025

Nesta terça-feira, 15, a Abrat - Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas emitiu nota pública repudiando declarações do ministro Gilmar Mendes feitas no contexto da decisão que suspendeu a tramitação de processos envolvendo vínculos de emprego. Na decisão, ministro Gilmar Mendes afirma que a Justiça do Trabalho deixa de aplicar orientações do STF, gerando insegurança jurídica.

[Anamatra vê risco à Justiça do Trabalho com decisão sobre pejetização](#)

Migalhas - 15/04/2025

A Anamatra - Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho divulgou nota nesta segunda-feira, 14, manifestando preocupação com a decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, de suspender, em todo o país, as ações trabalhistas que discutem a legalidade da contratação de pessoas físicas como pessoas jurídicas - prática conhecida como "pejetização". No comunicado, a entidade reforça que a EC 45/04 ampliou significativamente a competência da Justiça do Trabalho, prevista no artigo 114 da Constituição Federal, para abranger todas as ações oriundas de relações de trabalho, e não apenas aquelas que envolvem vínculo de emprego.

[Sob pressão de empresas, governo avalia adiar por um ano norma que exige medidas de saúde mental no trabalho](#)

Revista Proteção - 17/04/2025

O governo deve adiar a atualização da NR-1, norma que define diretrizes para a saúde no ambiente de trabalho e que passaria a incluir o tema da saúde mental. A decisão foi tomada após reunião com sindicatos patronais — que representam as empresas e vinham pressionando contra a mudança. O adiamento ainda não foi oficializado. Procurado, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) não respondeu.

[Construtora terá que ressarcir INSS por gastos com acidente de trabalho](#)

Revista Proteção - 17/04/2025

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve decisão favorável em mais uma ação regressiva ajuizada pela Procuradoria Regional Federal da 4ª Região (PRF4) para reaver os valores pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O pagamento ocorreu devido a acidente de trabalho causado por culpa do empregador. No caso mais recente, a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) manteve a condenação de uma empresa do ramo da construção civil ao ressarcimento integral dos valores pagos pelo INSS aos dependentes do trabalhador falecido.

[Seconci-SP promove prevenção a cegueira nas obras de construção](#)

Revista Proteção - 14/04/2025

“O trabalhador da construção civil está sujeito a fagulhas, poeira e ácidos, que podem entrar em contato com os olhos, se ele não estiver usando os equipamentos corretos”. O alerta é de Gianfranco Pampalon, consultor de Saúde e Segurança do Trabalho do Seconci-SP (Serviço Social da Construção), por ocasião da campanha Abril Marrom, de prevenção de doenças oculares que podem levar à cegueira.

[Projeto de lei reduz idade para aposentadoria especial a 40 anos para trabalhadores em risco](#)

Revista Proteção - 14/04/2025

Tramita na Câmara dos Deputados um projeto que promete transformar o cenário da aposentadoria por tempo de contribuição no Brasil. A proposta, identificada como Projeto de Lei Complementar 42/23, busca facilitar o acesso ao benefício para trabalhadores expostos a condições insalubres ou perigosas, reduzindo a idade mínima exigida e ajustando o cálculo do valor pago. De autoria do deputado Alberto Fraga, do PL do Distrito Federal, o texto propõe que profissionais que atuaram por pelo menos 15 anos em ambientes de risco possam se aposentar a partir dos 40 anos, uma mudança significativa em relação às regras atuais. A iniciativa reflete um esforço para reconhecer o impacto de atividades desgastantes na saúde e na expectativa de vida desses trabalhadores, trazendo à tona debates sobre justiça previdenciária.

[Acidentes de trabalho causam uma morte a cada quatro horas no Brasil, aponta relatório](#)

Revista Proteção - 14/04/2025

Na última quarta-feira (10), o Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho (SmartLab) divulgou que uma pessoa morre a cada quatro horas no Brasil em decorrência de acidentes relacionados à atividade profissional. O levantamento considera trabalhadores com vínculo formal de emprego e aponta um padrão de mortalidade que atinge majoritariamente homens entre 18 e 24 anos e mulheres com idade entre 30 e 34 anos.

[Fisioterapia na construção civil: prevenção e reabilitação para a saúde dos trabalhadores](#)

Revista Proteção - 14/04/2025

A fisioterapia tem um papel essencial na construção civil, atuando na prevenção e reabilitação de lesões e garantindo a saúde e o bem-estar dos trabalhadores. Esses cuidados são ainda mais importantes, pois o setor exige esforço físico intenso, movimentos repetitivos e exposição a riscos ergonômicos, fatores que podem levar a problemas musculoesqueléticos, como dores lombares, tendinites e lesões por esforço repetitivo.

[EPI eficaz afasta tempo de aposentadoria especial](#)

Revista Proteção - 14/04/2025

A Advocacia-Geral da União (AGU) defendeu, na 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o uso do Equipamento de Proteção Individual (EPI), registrado no perfil do profissional na Previdência Social, presume-se verídico, capaz de afastar a exposição aos agentes químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde. A discussão se deu no julgamento, na última quarta-feira (9), de três recursos especiais que foram afetados à sistemática de recursos repetitivos, que constituem o Tema 1.090, do STJ. Conforme demonstrou a AGU, por meio da Procuradoria-Geral Federal, compete ao segurado a comprovação da ineficácia do EPI, através de prova técnica individualizada, em caso de contestação judicial da anotação no chamado Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). A tese do INSS foi vitoriosa no julgamento.

[Nova plataforma “LaborNexus” incentiva o uso de Normas Internacionais do Trabalho da OIT por magistrados](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/04/2025

O Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região (Rio Grande do Sul), lançou a plataforma LaborNexus, cujo objetivo é facilitar o uso das Normas Internacionais do Trabalho (NITs) da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em decisões judiciais. Normas e documentos interpretativos decorrentes da atuação dos órgãos de controle OIT estão reunidos na ferramenta digital, a fim de auxiliar os magistrados na elaboração de decisões consistentes e alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

[CBIC firma parceria com MDS e convoca empresas da construção civil a aderirem à iniciativa de inclusão social e preenchimento de vagas](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/04/2025

Em uma ação conjunta para reduzir o número de postos de trabalho vagos no setor da construção civil, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), através da Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT), firmou um convênio com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A proposta busca conectar trabalhadores de baixa renda, inscritos no Cadastro Único do governo federal, às oportunidades de emprego oferecidas pelas empresas do setor.

[Ancoragem no Trabalho em Altura](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/04/2025

Ancoragem é o nome dado a estrutura onde é conectado o elemento de ligação, que pode ser o talabarte ou trava quedas, no cinto de segurança do trabalhador. É considerado um Equipamento de Proteção Coletiva (EPC) quando suporta mais de um colaborador simultaneamente. A Ancoragem é um equipamento fundamental e imprescindível para garantir a segurança dos trabalhadores que atuam no Trabalho em Altura e parte das obrigações legais das empresas quanto ao uso de Sistemas de Proteção Individual contra Quedas descritos nas Normas Regulamentadoras NR-18 e NR-35, bem como a NBR 16.325.

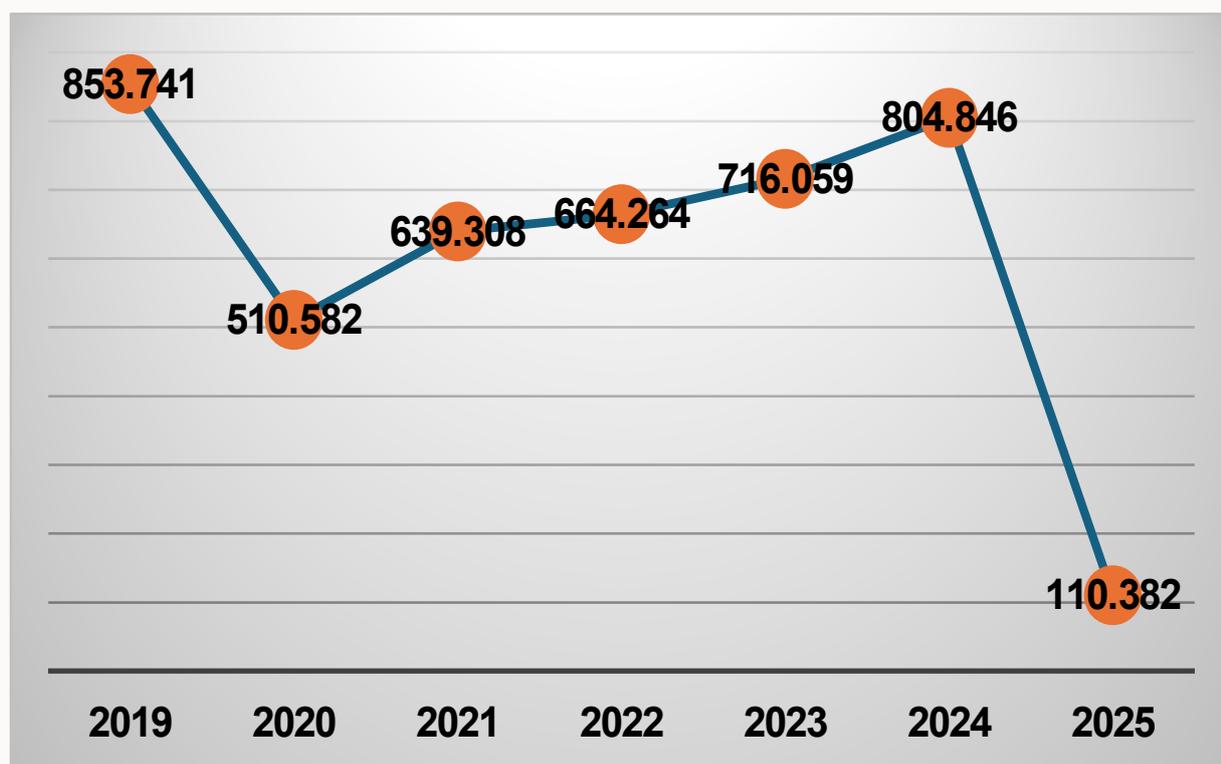
Atos Normativos

[PORTARIA MTE N° 547, DE 11 DE ABRIL DE 2025](#) (DOU de 14/04/2025 Seção I Pág. 322) - Dispõe sobre a emissão de certidões de cumprimento da reserva legal de contratação de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social e de contratação de aprendizes;

[MEDIDA PROVISÓRIA N° 1.296, DE 15 DE ABRIL DE 2025](#) (DOU de 15/04/2025 Seção I Extra Pág. 01) - Institui o Programa de Gerenciamento de Benefícios no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social e do Departamento de Perícia Médica Federal da Secretaria de Regime Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência Social.

Dados estatísticos do TST

Série histórica de Conciliações Homogadas na Justiça do Trabalho até fevereiro de 2025 (1ª e 2ª Instância):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice-Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula